

Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos
Abril – Julho/2006

Realização: Ágere Cooperação em Advocacy
Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR

Módulo III: Conselhos dos Direitos no Brasil

Área: Igualdade Racial

Autoria: Maria de Lourdes Alves Rodrigues
Verônica Maria da Silva Gomes

Colaboração: Maria Célia Orlando Selem
Maria Lucia da Silva

Aula 8 – Ações necessárias para o fortalecimento dos Conselhos

Desafios para o fortalecimento dos Conselhos

A participação popular, por meio de suas organizações representativas, é um mecanismo essencial na elaboração e fiscalização das políticas públicas. O diálogo entre governo e sociedade apresenta uma possibilidade real nos espaços dos conselhos, objetivando deliberar políticas que assegurem os direitos dos segmentos populacionais representados na atuação dos conselhos.

Neste sentido, a existência de conselhos fortes, representativos de governo e sociedade, constitui condição primordial para alcançar tais objetivos e cumprir o que prevê a Constituição quando institui a democracia participativa.

Entretanto, muitas vezes, observam-se alguns obstáculos que dificultam a atuação dos conselhos e a efetiva democratização dos processos de formulação das políticas para a promoção da igualdade racial, dentre eles:

- o Racismo Institucional é o principal entrave ao desenvolvimento de políticas de promoção da igualdade racial;
- a sociedade brasileira, em geral, ainda não assumiu seu viés preconceituoso, discriminatório e racista que

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

invisibiliza segmentos e impede sua participação cidadã em todas as estruturas societárias;

- os conselheiros e conselheiras também são parte dessa sociedade e, infelizmente, muitos ainda não estão convencidos, conscientizados ou preparados o suficiente para exercerem seu papel frente às diversas situações com as quais se deparam no dia-a-dia, principalmente em nível municipal. A participação e a formação são fundamentais;
- a transversalização da temática do CNPIR nos diversos setores, tais como: saúde, educação, cultura, esporte e lazer, trabalho, assistência social etc., ainda é um importante desafio a ser superado, pois a determinação legal ainda está bem longe da efetivação prática;
- a falta de comunicação, o isolamento, a falta de estrutura e o acúmulo de tarefas, além das responsabilidades dos gestores;
- o desafio de manter a interlocução entre os diversos segmentos discriminados (negros, indígenas, ciganos, judeus, palestinos, árabes etc);
- a ausência ou insuficiência de formação das conselheiras e conselheiros;
- em geral se dá pouca atenção à publicização aos Atos do Conselho (atas, resoluções, comunicados, página na Internet etc). Isto fragiliza o reconhecimento dos conselhos.
- Diversidade na formação dos conselhos – quando a Constituição fala sobre a presença da sociedade nos espaços de deliberação de políticas, recomenda-se que os segmentos populacionais estejam representados reconhecendo sua diversidade (gênero, raça/etnia, orientação sexual, deficiência, etc).

Algumas propostas de ações com o intuito de fortalecer os conselhos dos direitos do segmento GBLT

- campanha nos meios de comunicação para sensibilização da sociedade quanto à importância da criação dos conselhos de promoção da igualdade racial, dotando-os de maior autonomia e representatividade, para que eles possam servir efetivamente como centros de acompanhamento e monitoramento e também como mecanismos para melhorar a integração e cooperação na sociedade ;

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

- elaboração dos planos estaduais / municipais de promoção da igualdade racial para garantir recursos orçamentários para a implementação da política;
- fortalecimento dos conselhos de direitos dos negros com qualquer nomenclatura que eles utilizem atualmente: participação e desenvolvimento / participação e integração da comunidade negra etc;
- revisão da nomenclatura (padronização dos termos) para todos serem chamados de conselhos estaduais/municipais de promoção da igualdade racial, o que contribuirá para dar visibilidade política a essa luta;
- criação de comitês técnicos da igualdade racial em todas as secretarias estaduais/municipais, a exemplo do que já ocorre em nível federal com a SEPPIR, que já criou comitês técnicos nos Ministérios da Saúde e da Educação;
- cursos de formação continuada para conselheiras e conselheiros das esferas municipais, estaduais e federal;
- acompanhamento/fiscalização das formulações de leis e implementação de políticas, atentando para a observação do recorte de gênero, raça/etnia, diversidade sexual, deficiência;
- conscientização da importância da legislação nacional pertinente às políticas de proteção e promoção dos direitos humanos e de promoção da igualdade racial;
- revogação de normas discriminatórias ainda existentes na legislação infra-constitucional e aperfeiçoamento das normas de combate à discriminação racial.
- publicização dos Atos do Conselho (atas, resoluções, comunicados, página na Internet etc), mantidos sempre atualizados por meio da imprensa ou do site oficial do município, estado e da união. Isto contribui para que o Conselho se faça reconhecido pela sociedade e governo locais.

No Brasil, há milhares de conselhos já criados e que precisam funcionar bem para que contribuam para a transformação social.

Praticando: No seu município já existe conselho municipal de promoção da igualdade racial? Na sua opinião, quais são os principais desafios para a formação de

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.

novos conselhos da promoção da igualdade racial e para o fortalecimento dos já existentes?

É permitida a reprodução integral ou parcial deste material, desde que seja citada a fonte.